

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1569 | 2 A 11 DE MAIO DE 2019

 www.bancariosce.org.br

 [bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)

 [bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)

 [seebce](https://www.facebook.com/seebce)

 85 99129 5101

1º DE MAIO É MARCADO POR RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA

Foto: Marlúcia Lima - SEEB/CE



Protestos aconteceram por todo o país contra a reforma da previdência e outras medidas que prejudicam os trabalhadores. Em Fortaleza, caminhada reuniu cerca de 20 mil pessoas **(pág. 3)**



APROVEITE MAIS ESSA PARCERIA!

Planos sem co-participação com preços especiais para nossos associados e seus dependentes!

CONTATOS: 85 9.8956 6592 (whatsapp), falar com Najara

85 9.8685 7058 (whatsapp), falar com Aline

Mais informações: www.bancariosce.org.br

1º DE MAIO

ATO UNIFICADO REFORÇA LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA E CONVOCA GREVE GERAL

Mais de 20 mil trabalhadores marcharam no final da tarde do dia 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador para dizer Não à proposta da reforma da Previdência do governo Bolsonaro. A concentração aconteceu na Praia de Iracema. A manifestação saiu da Avenida Beira Mar, próximo ao espigão da Rui Barbosa e seguiu pela Av. Historiador Raimundo Girão até o largo Luis Assunção, na Praia de Iracema, encerrando com ato político e show do cantor Erickson Mendes, em tributo ao compositor cearense Belchior, falecido em abril de 2017. O ato unificado reuniu as centrais sindicais – CUT Ceará, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical, CTB, as frentes Brasil Popular e Povo Sem medo, sindicatos, federações e teve como pautas a defesa da política de reajuste do salário mínimo, a luta por emprego e contra a reforma da Previdência (PEC 06/2019). A mobilização também repudiou a tentativa do governo de enfraquecer o movimento sindical por meio da publicação da MP 873/2019.



GREVE GERAL

No próximo dia 14 de junho, as Centrais Sindicais estão programando uma paralisação nacional em defesa da Previdência.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DO CEARÁ (SINTRAFI-CE)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEITORAL

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DO CEARÁ (SINTRAFI-CE), também denominado SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ, com sede na Rua 24 de Maio, 1289 - Centro, Fortaleza (CE), CNPJ nº 07.340.953/0001-48, por meio da COMISSÃO ELEITORAL, legalmente constituída na Assembleia Geral realizada no dia 26-04-2019, nos termos do edital de convocação publicado no Jornal O POVO, edição de 22 de abril de 2019, seção POPULARES, pág. 13, e no TRIBUNA BANCÁRIA edição nº 1567, TORNA PÚBLICO que, nos dias 02, 03 e 04 de julho de 2019, realizará, em primeiro escrutínio, a eleição para renovação do Sistema Diretivo da entidade (Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Representantes junto à Federação e Conselho de Diretores Regionais), para o mandato concernente ao período de 28-08-2019 a 28-08-2023, nos termos do Estatuto Social vigente, que se encontra disponível no site desta entidade, observando-se o seguinte: 1) o prazo para inscrição de chapas será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Edital; 2) a inscrição de chapa far-se-á junto à Secretaria da Comissão Eleitoral, instalada na sede do Sindicato, no endereço supracitado, no horário de 09h00min às 17h00min, onde permanecerá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber documentos e fornecer recibo de inscrição de chapas; 3) a ficha de qualificação de candidato para preenchimento das informações exigidas pelo Estatuto e pelo M.T.E encontra-se à disposição dos associados na Secretaria da Comissão Eleitoral, instalada na Secretaria Geral desta entidade, no endereço supramencionado; 4) os requerimentos de inscrição de chapas deverão ser instruídos com as fichas individualizadas de cada candidato, acompanhados dos documentos relacionados no art. 118, § 3º do Estatuto, endereçados à Comissão Eleitoral, cujas cópias deverão ser autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos respectivos originais; 5) na eventualidade de não ser obtido o quórum estatutário no primeiro escrutínio, haverá eleição em segunda votação, a ser realizada nos dias 18 e 19 de julho de 2019, apenas com as duas chapas mais votadas, sendo proclamada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos. Caso haja segundo escrutínio, serão observadas as mesmas formalidades da votação anterior, diferenciando-se apenas pelas datas, antes aludidas. Na hipótese de empate entre as chapas concorrentes, será realizada nova eleição nos dias 25 e 26 de julho de 2019, limitada à participação das duas chapas mais votadas, seguindo os mesmos horários e locais da votação anterior; 6) serão instaladas urnas fixas nos seguintes locais: Sede do Sindicato, BNB Passaré, AABNB, BNB Clube, AABB, ACEA e AFABEC, que funcionarão no horário de 08h00min às 18h00min. As demais urnas, que funcionarão de modo itinerante, percorrerão as unidades bancárias e financeiras da sua base territorial onde houver eleitores aptos a votar, obedecendo ao seguinte horário: na capital, das 08h00min às 18h00min, podendo o horário ser "elastecido" até a zero hora, nas dependências com expediente nos turnos noite/madrugada; no interior do Estado, das 08h00min às 18h00min; 7) em conformidade com as disposições estatutárias, a quantidade e o roteiro de urnas serão estabelecidos a juízo da Comissão Eleitoral; 8) o pedido de impugnação de candidaturas poderá ser feito no período de três dias contados da publicação da relação nominal das chapas registradas; 9) as eleições do Sindicato, em primeiro escrutínio, somente serão válidas se participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos associados com capacidade para votar. Para a contabilização desse quorum, serão excluídos todos os associados que na ocasião da eleição, por qualquer motivo, estiverem afastados do local de votação impossibilitando a coleta dos seus respectivos votos. Incluem-se na referida norma os seguintes casos: aposentados, férias, licença médica, licença gestante, licença prêmio, folgas, faltas (justificadas ou não). Os associados em tais situações fáticas, caso se dirijam para quaisquer das urnas de coleta de votos, poderão votar em separado e, nesse caso, os votos serão computados para efeito do cálculo do quórum; 10) A coleta de votos encerrar-se-á, no último dia, às 17h:00 min. A posse do Sistema Diretivo dar-se-á no dia 28 de agosto de 2019, caso haja quórum em primeira convocação. O presente edital, além de sua publicação no Jornal "Tribuna Bancária", e em jornal de grande circulação no Estado do Ceará, será fixado na sede desta entidade.

Fortaleza (CE), 02 de Maio de 2019.

Gustavo Machado Tabatinga Júnior
Presidente da Comissão Eleitoral

João Vianey Nogueira Martins
Integrante da Comissão Eleitoral

Tércio Sobral Cavalcante Leite
Integrante da Comissão Eleitoral

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONHEÇA OS IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA APOSENTADORIA DOS EMPREGADOS

Na terça-feira (23/4), a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, por 48 votos a 18, o relatório do deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG), favorável à PEC 6/2019. Em março, a Fenaec solicitou à Funcef informações sobre possíveis impactos da reforma da Previdência nos planos de benefícios, mas até o momento, a Funcef não se pronunciou claramente sobre como as regras da PEC nº 6/2019 poderão mexer com as reservas dos planos e prejudicar a aposentadoria dos trabalhadores da Caixa. Para ajudar nesse esclarecimento, a Fenaec elaborou um resumo a partir dos regulamentos dos planos.

NÃO SALDADO – Como as regras propostas pelo governo tendem a postergar a aposentadoria no INSS, para os participantes do Não Saldado isso também pode significar uma espera maior na Funcef. Isto porque no Não Saldado a aposentadoria pelo INSS é um requisito para o acesso ao benefício e não há uma idade mínima como alternativa. Segundo a Funcef, a idade média dos ativos do Não Saldado é 61 anos. Estima-se que grande parte deles já esteja elegível à aposentadoria oficial ou se enquadre na chamada regra do pedágio. Se aprovada a PEC 06/2019, uma pessoa que esteja a dois anos de se aposentar, por exemplo, terá que trabalhar por pelo menos mais 12 meses. Esse seria o pedágio para se aposentar pelo INSS e só então requerer o benefício do Não Saldado.

SUPLEMENTAÇÃO – No Não Saldado, o valor do benefício é calculado com base na média dos 12 últimos salários. Dessa média é subtraído o valor do benefício do INSS. O resultado dessa subtração é o valor da suplementação que será paga pela Funcef. Como as regras propostas pelo



governo para a reforma poderão levar o INSS a pagar benefícios menores, a suplementação por parte da Funcef tenderá a ficar maior. Nesse caso, no final das contas, ao menos por parte da previdência complementar, não haveria redução para os participantes. Com a diminuição da parcela do INSS e o aumento da suplementação por parte da Funcef, ocorrerá aumento no desembolso do plano, algo que pode impactar nos resultados anuais.

CGPAR 25 – Independentemente da reforma da previdência, as diretrizes publicadas pelo governo por meio da resolução CGPAR 25 poderão achatá-la a aposentadoria dos participantes do Não Saldado. Uma delas prevê que, nos planos como o Não Saldado, o valor do benefício passe a ser calculado com base na média dos últimos 36 salários e não mais nos 12 meses. Ao ampliar esse período, a conta tende a considerar rendimentos menores, o que reduzirá a média usada como referência. Para isto se concretizar, basta a alteração do regulamento do plano ser aprovada no Conselho Deliberativo.

NOVO PLANO – O acesso ao benefício do Novo Plano pode ocorrer no momento em que o participante se aposenta pelo INSS ou quando atinge a idade mínima prevista no regulamento. A postergação

da aposentadoria no INSS, prevista na reforma pode ser compensada por essa regra. A idade média dos ativos no Novo Plano é de 42 anos. A idade mínima para requerer o benefício junto à Funcef é de 48 anos para mulheres e 53 para homens, considerando sempre o período mínimo de 10 anos de contribuição em um dos planos da Fundação. No Novo Plano há também a opção do benefício antecipado, que permite ao participante, com 15 anos de contribuição, requerer o benefício antecipadamente, desde que se desvincule da patrocinadora, não esteja aposentado pelo INSS e não tenha atingido a idade mínima. O valor será mais baixo, devido à aplicação de fatores atuariais que consideram a idade menor e o maior tempo de gozo do benefício.

REB – No REB, a idade média dos ativos é de 46 anos. Estima-se que a maior parte esteja mais distante do momento de se aposentar, mas aqueles que já estiverem nessa fase precisam observar algumas regras. O regulamento prevê idade mínima de 55 anos para requerer o benefício. Contudo, há outras duas opções. O artigo 20 do regulamento prevê a possibilidade de solicitar uma espécie de benefício antecipado a partir dos 50 anos, desde que tenha cumprida a carência de 10 anos de contribuição. Esse benefício será menor devido ao tempo maior de gozo do benefício. Assim, o saldo de conta precisará cobrir um período mais extenso. Outra opção: se conseguir a aposentadoria por tempo de contribuição no INSS, o participante poderá requerer o benefício a partir dos 45 anos. Neste caso, se a reforma for aprovada nos moldes propostos pelo governo, o participante poderá ser obrigado a adiar seu planejamento. Em todos os casos, é necessário extinguir o vínculo com a patrocinadora.

CONTRA O DESMONTA**FRENTE EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS SERÁ LANÇADA NO CONGRESSO**

Democratizar o debate sobre a ameaça de privatização dos bancos públicos e suas consequências para a sociedade brasileira é o principal objetivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos, que será lançada no dia 8 de maio, a partir das 14h, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. No mesmo dia e horário, será realizado também o Seminário “Bancos Públicos e Desenvolvimento” que reunirá especialistas em economia do Brasil e do exterior.

Atualmente, a causa dos bancos públicos como agente de desenvolvimento nacional tem a adesão de senadores e deputados de 19 partidos ideologicamente distintos. São os bancos públicos – e não os privados – que facilitam o acesso do mais pobre à casa própria e auxiliam e concedem o crédito para o pequeno produtor rural. O papel dos bancos públicos no desenvolvimento econômico e social do país e no enfrentamento de crises deve



ser apresentado à população brasileira.

Os parlamentares avaliam que a Frente ganha força à medida que a equipe econômica do atual governo anuncia novas ações que enfraquecem os bancos públicos como agentes das principais políticas públicas sociais do país. A diretoria da Caixa Econômica Federal já iniciou venda de ativos e anunciou a abertura de capital de quatro subsidiárias do banco.

O desmonte dos bancos públicos é um problema que não afeta somente os

trabalhadores, porque tem impacto no crédito no país e prejudica o financiamento do agronegócio, habitação, obras de infraestrutura, projetos de geração de renda e políticas sociais, entre outros. Atualmente, os bancos públicos respondem por quase metade dos ativos totais, das operações de crédito e dos depósitos totais do segmento bancário no Brasil. Além disso, as instituições financeiras públicas respondem pela operação de políticas sociais como o Bolsa Família, Habitação Popular (Minha Casa, Minha Vida), Agricultura Familiar, Abono PIS/PASEP, FGTS, Seguro Desemprego e Fies. As áreas da Cultura, Esporte e Segurança Pública também estão no guarda-chuva dos bancos públicos.

Além de parlamentares, participarão do lançamento representantes de movimentos sociais, de entidades ligadas a bancos públicos, centrais sindicais, universidades e especialistas em economia do Brasil e do exterior.

Breves**Reforma da Previdência abre espaço para taxar vale-refeição, férias e PLR**

O texto da reforma da Previdência propõe que as alíquotas de contribuição para o INSS passem a incidir sobre rendimentos do trabalho “de qualquer natureza”, não só no salário-base. A reforma não cita explicitamente que itens seriam esses, mas, isso abre espaço para a incidência de contribuição social em verbas de natureza indenizatória, como adicional de férias, aviso-prévio, os primeiros 15 dias do auxílio-doença e acidente, participação nos lucros e vale-alimentação com desconto em folha etc. Hoje, a alíquota incide apenas sobre os rendimentos do trabalho, como os salários, incluindo o 13º. O artigo pode ter como efeito indireto a diminuição do salário dos trabalhadores. Atualmente, a jurisprudência considera que a contribuição não incide sobre os benefícios porque não há natureza salarial.

CUT lança campanha para pressionar deputados contra Reforma da Previdência

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro foi votada e aprovada recentemente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. É hora de reforçar a pressão sobre os deputados para que não aprovem essa reforma que prejudica milhões de trabalhadores, em especial os mais pobres. Por isso, a CUT criou a campanha Na Pressão, voltada para pressionar os deputados a não aprovarem a PEC 06/2019. Por meio do site é possível mandar mensagens contra a aprovação da PEC diretamente para os parlamentares do seu estado. Basta acessar o link específico da campanha do Na Pressão: <https://bit.ly/2VN47d>. Pressione seu deputado. Não deixe que essa reforma nefasta siga adiante. Participe!

SANTANDER

NEGOCIAÇÃO COM O BANCO FRUSTRA FUNCIONÁRIOS

A Contraf-CUT, por meio da Comissão de Organização dos Empregados (COE), e demais entidades de representação dos trabalhadores se reuniu com o banco Santander no Comitê de Relação Trabalhistas (CRT) dia 25/4 para debater questões do funcionalismo. O CRT é uma conquista dos bancários do Santander prevista na cláusula 35 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do banco, aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A CRT se reúne a cada dois meses para tratar das questões de relações trabalhistas.

Um dos temas tratados foi a reivindicação da extensão do prazo para obter a certificação CPA-10, considerando que o normativo do Banco Central 3.158/2003, estabelece o prazo de até um ano, a partir da contratação ou a partir da ascensão a novo cargo. Em resposta, o banco prorrogou por mais 30 dias o prazo para a realização das provas.

UNIFICAÇÃO DE CARGOS – O banco avalia que o atual modelo de atendimento segmentado está ultrapassado e que, com o novo modelo, embora haja mais gerentes de negócios e serviços, não haverá aumento de metas para o chamado “carteirão”, a carteira de clientes. O banco se comprometeu em garantir que o trabalhador tenha seu tempo de treinamento com dedicação exclusiva dentro da jornada de trabalho. A configuração dos cargos dependerá de cada caso nas agências. Nem todos os caixas deverão ser migrados para os novos cargos de gerentes de negócios e serviços. Cerca de 2.000 caixas permanecerão nessa mesma função.

ABERTURA AOS FINAIS DE SEMANA – A Contraf-CUT reivindicou que o projeto de abertura de agências nos finais de semana para educação financeira seja apresentado na íntegra. O banco sustenta que será um trabalho voluntário dos funcionários em 29 agências do país e que não haverá trabalho comercial nas agências que trabalharão com orientação financeira.



“O Santander tem, sucessivamente, crescido seu lucro e isso deveria ser revertido em prol dos funcionários, com melhorias

nos planos de saúde e previdência, nas condições de trabalho, valorizando os trabalhadores que são os que realmente dão lucro para o banco”
Clécio Morse, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

REEMBOLSO DE KM RODADO - O banco afirmou que já está em estudo a majoração do valor do quilômetro rodado e seu novo valor será anunciado nos próximos dias. Outras reivindicações, como retorno ao trabalho e plano de saúde ficaram para serem discutidas na próxima reunião.

LUCRO – O Santander lucrou R\$ 3,485 bilhões no 1º trimestre de 2019, de acordo com DIEESE. Segundo o balanço do banco, a receita com prestação de serviços mais a renda das tarifas bancárias cresceu 9,6% em doze meses, o que totalizou R\$ 4,5 bilhões. Em contrapartida, as despesas de pessoal mais PLR subiram apenas 0,4%, atingindo R\$ 2,3 bilhões. Desta forma, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 195% no 1º trimestre de 2019. Mesmo com altos lucros, no 1º trimestre de 2019, o banco abriu apenas 220 postos, menos da metade do número de postos fechados em 2018 (623). A holding encerrou 2018 com 48.232 empregados.

BRDESCO

BANCO LUCRA R\$ 6,2 BILHÕES NO TRIMESTRE, MAS SEGUE FECHANDO AGÊNCIAS

O Bradesco teve lucro líquido recorrente de R\$ 6,2 bilhões no 1º trimestre de 2019, crescimento de 22,3%, em relação ao mesmo período de 2018 e de 7% comparado com o último trimestre do ano passado.

Em 12 meses, o Bradesco teve saldo positivo de 1.563 contratações. As despesas de pessoal também cresceram 7,2% no período, atingindo R\$ 5 bilhões. Entretanto, no mesmo período foram fechadas 114 agências e 54 pontos de atendimento. De acordo com o banco, essa elevação nas despesas está relacionada com “efeitos do acordo coletivo de 2018/2019 (reajuste de 5%) e à evolução do quadro de funcionários, em sua maioria alocados nas áreas de negócios”. O banco também criou o PDE (Prêmio por Desempenho Extraordinário), antiga reivindicação dos bancários. Entretanto, só são elegíveis ao programa gerentes de agências, gerentes administrativos e gerentes da área comercial.

A carteira de crédito do banco apresentou crescimento de 12,7% em doze meses e 3,1% no trimestre, atingindo R\$ 548,3 bilhões. O índice de inadimplência superior a 90 dias reduziu 1,13 p.p em doze meses, ficando em 3,27%.

Em documento divulgado pelo Bradesco, o banco enfatiza que os resultados foram menores que o esperado e que, na visão da instituição, as condições para uma aceleração do crescimento estão atreladas à inflação e juros baixos, expansão do crédito com inadimplências reduzidas e à aprovação da reforma da Previdência. A ansiedade na aprovação da Reforma deixa claro que as mudanças só vão beneficiar os banqueiros e os empresários. A holding encerrou o 1º trimestre de 2019 com 99.156 empregados.



“O lucro do Bradesco mostra claramente que existe espaço para melhorar as condições de trabalho dos funcionários nas agências e ainda incluir todos os funcionários no PDE, uma vez que todos colaboram para o resultado”

Carmem Grego, diretora do Sindicato e funcionária do Bradesco

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**REUNIÃO NO SINDICATO TRATA DE MUDANÇAS NO SISTEMA PONTO A PONTO**

A direção do Sindicato dos Bancários do Ceará recebeu, na sede da entidade, diversos representantes da direção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para tratar de questões pertinentes ao sistema "ponto-a-ponto".

O diretor administrativo, Cláudio Freire, vários representantes do departamento jurídico e das áreas de Gestão de Pessoas e Logística do Banco estiveram presentes para sugerir adequações no sistema de transporte de funcionários ofertado pelo Banco, por força de ação coletiva ajuizada e ganha pelo Sindicato. Representando os funcionários estiveram o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino, os diretores do Sindicato, Cláudio Rocha, Pedro Moreira e Carmen Araújo, além da advogada Ana Virgínia Porto, que conduziu a ação judicial.

De acordo com o Banco, após levantamento interno, constatou-se uma baixa usabilidade do sistema por parte dos funcionários da Direção Geral. Os gestores apontaram ainda muitos roteiros com saídas no mesmo horário, causando ainda mais ociosidade nos veículos utilizados. A equipe do Banco sugeriu que, diante do vencimento do contrato licitatório para fornecimento dos ônibus no próximo dia 31 de maio, que fossem estudadas mudanças no programa, através de um acordo com o Sindicato já que se trata de uma decisão

judicial, para que nem houvesse desperdício de verba nem o serviço permanecesse subutilizado. "O Banco não quer que um benefício em favor do funcionalismo seja retirado, mas que ele seja adequado à sua usabilidade", destacou o diretor administrativo Cláudio Freire.

"O benefício é uma vitória do Sindicato em favor dos funcionários. Se esse benefício carece de uma adequação, nós estamos abertos a rever os roteiros e horários, mas sem prejudicar aqueles que já fazem uso dos roteiros existentes. Estamos disponíveis a construir um novo acordo, desde que não haja prejuízos ao benefício", ressaltou o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo.

De acordo com a advogada Virgínia Porto, por se tratar de uma ação coletiva, faz necessária a realização de uma consulta, assembleia ou qualquer outro fórum semelhante, com os beneficiários da ação, para balizar jurídica e politicamente algum novo acordo ou cessão de direito.



"Nós lutamos para manter esse direito dos funcionários do BNB e ganhamos essa ação na Justiça. Se forem necessárias adequações, que não firam o direito adquirido pelos trabalhadores, mas a decisão final caberá a todos os potenciais usuários do sistema mediante consulta"

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e funcionário do BNB

**Cortes nas Federais**

O investimento em educação no Brasil caiu 56% nos últimos 4 anos. Entre 2014 e 2018, diminuiu de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 4,9 bi. A projeção deste ano é que o valor seja ainda menor: R\$ 4,2 bilhões. Semana passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que cortará em 30% os recursos de todas as universidades federais. Antes, havia dito que o MEC havia bloqueado 30% dos recursos de três delas: UnB (de Brasília), UFBA (da Bahia) e UFF (Rio de Janeiro) e jogado a ameaça de que onde houvesse "balbúrdia", o orçamento seria cortado. Estudo da Câmara dos Deputados demonstra ainda que o investimento caiu nos três níveis de ensino: básico, técnico e superior.

Treze milhões de desempregados

O número de desocupados cresceu em 1,2 milhão de pessoas desde que o novo governo assumiu. No 1º trimestre de 2019 já são 13,387 milhões de desempregados, um crescimento de 10,2%, na comparação com o final do ano passado. Os dados são do IBGE. Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o governo Bolsonaro não tem um projeto econômico sólido para o país e os dados divulgados pelo IBGE refletem a falta de proposta efetivas para a retomada do crescimento. No setor financeiros, os bancos já fecharam 1.655 postos de trabalho no país em 2019.

COE ITAÚ

A COE do Itaú se reúne com o banco dia 7/5 para tratar sobre manutenção do emprego e fechamento de agências em todo o país. A reunião acontecerá na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, a partir das 10h. O tema já foi tratado em reunião dia 20/3, quando o banco apresentou números positivos, mas o turnover em 2018 foi de 10%. Os funcionários cobram a redução dessa rotatividade para um dígito e os dados sobre o número de agências fechadas. No dia anterior (6/5), no mesmo local, os representantes dos trabalhadores atualizarão as informações das bases e debaterão os temas a serem tratados com o banco.